

**MUSEUS, COLEÇÕES E EXPOSIÇÕES, COLONIAIS,
ANTICOLONIAIS E PÓS-COLONIAIS: NOTA INTRODUTÓRIA**
**COLONIAL, ANTICOLONIAL AND POST-COLONIAL MUSEUMS,
COLLECTIONS AND EXHIBITIONS: INTRODUCTORY NOTE**

Moisés de Lemos Martins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

João Sarmento

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Alda Costa

Direção de Cultura, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

O encontro de públicos com coleções e exposições, num determinado espaço, tem uma história longa e complexa (Bennett, 1995). Este encontro constitui um desafio hermenêutico, que se vai alterando, de época para época, de acordo com as necessidades do tempo e os objetivos de cada sociedade e cultura. A ligação de objetos e públicos, num determinado tempo e contexto, tem tanto de complexo como de flutuante. Os museus, as coleções e as exposições projetam representações do mundo e narrativas da vida de comunidades humanas, que obedecem aos padrões das mais diversas curadorias, por vezes até de sinal contrário. Os museus, as coleções e as exposições são sempre regulados por objetivos políticos e programáticos, e por essa razão, abrem-se a múltiplas interpretações. Sejam da iniciativa de estados nacionais, de forças revolucionárias, ou mesmo de movimentos contra-revolucionários, sejam de apoio a regimes constituídos, ou pelo contrário indo no sentido de alterarem a ordem estabelecida, museus, coleções e exposições obedecem a um regime de verdade, ou seja, uma política geral de sentido que elege determinados tipos de discurso e os faz funcionar como verdadeiros (Foucault, 1980). Um tal regime tanto constitui a condição de possibilidade das representações que uma dada comunidade faz de si mesma e da sua época, como formula possibilidades de sentido para o entendimento do que é o humano. Os públicos não são uma entidade abstrata e são compostos naturalmente por pessoas que têm condições sociais e económicas objetivas de vida; não existem *a priori*, mas são resultado de aprendizagens, leituras e oportunidades. Em certa medida, os públicos encontram-se, como refere Warner (2002), condicionados pelos conflitos existentes entre ideologias interpretativas e as intuições de circulação, sendo que é do encontro polémico, provisório e infinito, entre públicos e coleções e exposições, que se fazem e desfazem os públicos da cultura.

Os museus são instituições legítimas e legitimadoras de diversos discursos sobre a forma como a memória é construída, e têm ou podem ter um papel importante nas transformações políticas. Não podendo mais ser torres de marfim, encerram em si mesmas a possibilidade de desestabilizar assunções seguras sobre os legados do

colonialismo, as ditaduras, os genocídios e as guerras, com tudo o que estes regimes e acontecimentos podem acarretar em termos de injustiças e discriminação. Os museus têm poder, que tanto pode ser usado para desconstruir narrativas estabelecidas sobre a memória, como para construir novas narrativas. Como refere Aldrich (2009), o desafio que os herdeiros dos museus e coleções coloniais têm pela frente, é o de despertar e satisfazer a curiosidade sobre o mundo contemporâneo, fazendo pontes entre as coleções e exposições e as comunidades pós-coloniais contemporâneas, sem negar ou esconder as condições coloniais e a complexidade histórica das maravilhas em exposição.

Naturalmente que, hoje mais do que nunca, os museus competem pela interpretação de património, cultural e pela construção de memória, com múltiplos *fora* públicos e privados, e com a infinidade de espaços das redes sociais (Berrett, 2012). E se é um facto que são numerosos os exemplos que nos permitem abordar a passagem de museus com informação enciclopédica, digna de príncipes do renascimento, e de domesticação de públicos, além da submissão a rotinas de visita e a modos rígidos de ver, para museus mais inclusivos, de participação ativa, abertos ao agenciamento dos públicos e mais atentos a múltiplas vozes e interpretações, muitos museus ainda assentam numa lógica de nação, organizando-se no sentido de projetar uma identidade homogénea e de relações limitadas (Macdonald, 2003).

No caso das exposições, que se organizam para tempos pré-definidos e que podem deixar memórias de pacificação e conexão ou de rutura e afastamento, o estudo dos materiais que sobrevivem (artefactos, catálogos, notícias ou cartazes), ainda que incapazes de reproduzir a experiência das exposições, permitem a reconstituição de registos sobre diversas construções discursivas. Resulta daqui que podemos refletir sobre a articulação entre as coleções que existem em lugares muito específicos e as exposições com que delas se realizam, e as aspirações, valores e posicionamento das sociedades. Podemos mesmo levantar uma série de interrogações, que nos ajudem a pensar neste assunto, como sejam as formas que escolhemos para representar passados inconvenientes e de conflito e mesmo, que nos ajudem a configurar o modo como os museus escrevem a história, ou de que modo podem os museus escrever a história do futuro com coleções do passado.

Este número da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* procura explorar todas estas dimensões dos museus, coleções e exposições, isto é, as suas representações, narrativas e memórias, quando se cruzam com o colonial, o anticolonial e o pós-colonial, quer dizer, com o resgate, a denúncia e a representação da subalternidade, e também com a legitimação de movimentos sociais. O número é composto por sete artigos temáticos, três artigos na secção “Varia” e a recensão de um livro.

No texto “À procura de Moçambique no Museu Nacional de Etnologia, Portugal”, um texto enquadrado no projeto “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal” (FCT/Aga Khan), João Sarmento e Moisés de Lemos Martins exploram a presença e invisibilidade de Moçambique no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa. Tendo Moçambique sido central na criação deste museu, ainda num tempo colonial, hoje, o espólio moçambicano do museu não

tem grande expressividade nas exposições abertas ao público. Fazendo uma análise detalhada destes objetos e da sua exposição, Sarmento e Martins mostram como seria importante fazer uma descolonização do museu, articulando passado, presente e futuro, indo do paroquial ao cosmopolita, da tradição à inovação.

Lilia Abadia apresenta, em “Reconfigurações do lusotropicalismo em museus monumentais de países de língua portuguesa”, uma reflexão em torno dos discursos de identidade nacional numa seleção de museus no Brasil e em Portugal. Propõe três posicionamentos distintos, ou monumentalidades, como refere, que prenunciam, com graus diferentes de intensidade, o discurso lusotropicalista. No Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, está presente uma “monumentalidade inspirada na tradição”, ou seja, uma monumentalidade assente nas grandes narrativas de identidade nacional. No Museu Nacional de Etnologia em Lisboa, estamos perante a “monumentalidade escondida”, isto é, a negação de uma origem imperialista e da violência epistémica. Por fim, no Museu Afro Brasil, em São Paulo, Lilia Abadia identifica a “monumentalidade antimoderna”, como posicionamento dominante que procura construir um discurso contra-hegemónico.

Maria Isabel Roque, em “Descolonizar o museu: exposição e mediação dos espólios africanos em museus europeus”, centra-se na descolonização dos museus, processo que implica repensar relações de poder, identidades culturais, devoluções, partilha de curadorias e novas propostas expositivas. Pensando em particular na relação Europa-África, e nas representações de África, assim como na sua presença em museus, o texto percorre exemplos de políticas e posicionamentos culturais nestes museus europeus, que mostram a durabilidade do etnocentrismo e as persistentes falhas de contextualização de objetos e narrativas. Defendendo a inevitabilidade do processo de descolonização dos museus, o texto acentua a necessidade de questionar o passado colonial, aceitando-o, mas escrutinando-o, abraçando políticas que promovam a diversidade de leituras e a inclusão e avanço do diálogo entre vozes de várias comunidades.

Eduardo Adolfo Lichuge, no texto “Objetificação da música chope no quadro da ‘Primeira Exposição Colonial Portuguesa’ (Porto, 1934)”, analisa a ideologia imperial do Estado Novo, assim como a sua agenda política e as práticas de representação cultural num evento em concreto. Em particular, investiga a forma como os músicos do povo chope, de Moçambique, tocadores de timbila, e a sua música, foram descontextualizados e transformados num objeto de consumo imperial, durante a Exposição Colonial do Porto, nos anos de 1930. O autor mostra como os sentidos e significados da música chope enquanto prática cultural foram transformados e circunscritos a atos de representação folclórica, através de modelos performativos ocidentais, assim como da sua estética e moralidade.

No texto “O ex-jogador de futebol Arthur Friedenreich em museus da cidade de São Paulo”, Bruno Abrahão, Francisco Caldas e Antonio Soares discutem as ambiguidades da identificação racial no Brasil, através da figura de Arthur Friedenreich, o primeiro grande ídolo do futebol brasileiro, na época do futebol amador. Com o estudo da presença e representação deste futebolista em museus de São Paulo, os autores mostram como

“Fried” ou “el Tigre”, foi construído como um símbolo do sucesso do futebol mestiço e uma figura que marca as tensões raciais e processos de embranquecimento.

Antunes Rafael Kaiumba Pinto e Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista exploram, no texto “A Exotização no período colonial e o pós-colonial: o caso de *Portugal dos Pequenitos*”, a ausência de descolonização nas representações coloniais do parque temático Portugal dos Pequenitos, construído em Coimbra, nos anos de 1930. O texto explora a origem dos discursos e das representações que enquadram este lugar, e mostram como ainda hoje o Portugal dos Pequenitos trata o colonialismo, de forma anacrónica, como diversão.

Carla Almeida, Bruno Abrahão e Francisco Caldas apresentam o texto “As danças do Nordeste brasileiro nos museus sobre Luiz Gonzaga ‘o Rei do Baião’”. A autora discute a forma como os museus, enquanto lugares de memória, representam a figura de Luiz Gonzaga, compositor e músico brasileiro, popularmente conhecido como o Rei do Baião. O estudo tem como referência três museus do estado de Pernambuco, no Brasil, e mostra a importância de se perceber as formas como a cultura musical do nordeste do país, que transporta em si a aridez, alegria, criatividade, pobreza e injustiça do Sertão Brasileiro, é veiculada através de exposições museológicas.

A secção “Varia” apresenta uma análise sobre duas obras literárias de autores africanos de expressão portuguesa, uma reflexão sobre o papel dos média ao longo do tempo na construção de África, e um estudo sobre o turismo literário enquanto turismo cultural e a construção de itinerários digitais em Lisboa, inspirados no escritor Fernando Pessoa. Em “Crítica à realidade em *Terra sonâmbula* e *Chuva braba*: cultura, lirismo e memórias”, Martins Mapera foca-se na literatura africana de expressão portuguesa como manifestação cultural que participa na construção da identidade. Analisa dois romances: *Chuva braba* (1956), do cabo-verdiano Manuel Lopes; e *Terra sonâmbula* (1992), do moçambicano Mia Couto. Ambas as obras, ainda que de tempos e espaços distintos, compartilham, na sua abordagem, traços de instabilidade, insegurança e desassossego das personagens, no contexto das vivências em situações de guerra e miséria. Em “Memórias e narrativas dos média ocidentais em África”, Celestino Joanguete centra-se na produção de notícias e reportagens sobre África, pelas principais cadeias de rádio e televisões internacionais. Joanguete apresenta uma análise que percorre a relação dos média com o continente africano, desde o papel da rádio como meio de expansão do imperialismo ocidental, até à emergência das novas narrativas dos média africanos, intermediadas pelas redes sociais contemporâneas. Em “Literatura e turismo no digital: o caso de Lisboa e Fernando Pessoa”, Bruno Sousa e Ana Anjo reveem os conceitos de turismo cultural e turismo literário, e refletem sobre o potencial da digitalização no turismo. Em particular, os autores centram a atenção no turismo na cidade de Lisboa, e mais concretamente no papel que o turismo literário aqui pode assumir. Tomando como caso de estudo o escritor Fernando Pessoa, discutem, de forma exploratória, os lugares literários deste escritor na capital, quer sejam de índole biográfica quer sejam referentes à sua obra, lugares esses que podem constituir alvos de roteiros literários digitais personalizados.

Para finalizar este número, Vítor de Sousa apresenta uma recensão do livro de Lorenzo Macagno *A invenção do assimilado. Paradoxos do Colonialismo em Moçambique* (2019). Para Sousa, esta obra de Macagno, que junta a Antropologia Política e a História Social, faz uma análise crítica da história do processo de assimilação na política africanista portuguesa, no período compreendido entre o final do século XIX e os meados do século XX.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais, através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020. É ainda financiado no âmbito da “Knowledge for development initiative”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (nº 333162622), no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”.

REFERÊNCIAS

- Aldrich, R. (2009). Colonial museums in a postcolonial Europe. *African and Black Diaspora: An International Journal*, 2(2), 137-156. <https://doi.org/10.1080/17528630902981118>
- Barrett, J. (2012). *Museums and the public sphere*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Bennett, T. (1995). *The birth of the museum: history, theory, politics*. Londres: Routledge.
- Foucault, M. (1980). *Du gouvernement des vivants – cours au Collège de France. 1979-1980. 6 février*. Paris: Gallimard.
- Macdonald, S. J. (2003). Museums, national, postnational and transcultural identities. *Museum and Society*, 1(1), 1-16.
- Warner, M. (2002). *Publics and counterpublics*. Nova Iorque: Zone Books.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Moisés de Lemos Martins é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É diretor da revista *Comunicação e Sociedade*, da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (RLEC) e da *Vista*. Doutorou-se pela Universidade de Estrasburgo em Ciências Sociais (na especialidade de Sociologia), em 1984, tem publicado, no âmbito da Sociologia da Cultura, Semiótica Social, Sociologia da Comunicação, Semiótica Visual, Comunicação Intercultural, Estudos Lusófonos. Dirigiu, durante dez anos, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (de 1996 a 2000, e de 2004 a 2010). Presidiu à Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, de 2005 a 2015; à Lusocom – Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação, de 2011 a 2015; à Confibercom – Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação, de 2012 a 2015.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Email: moisesm@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho, 4710-057 Gualtar, Braga, Portugal

João Sarmento é Professor Associado do Departamento de Geografia e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho, Portugal. É doutorado em Geografia pela University College Cork, Irlanda (2001), e agregado pela Universidade de Lisboa (2014). Tem diversas publicações nas áreas da Geografia Cultural, Estudos Coloniais/Pós-coloniais, Estudos de Turismo e Estudos Urbanos, em revistas como a *Environment & Planning D.*, *Journal of Historical Geography*, *Social & Cultural Geography*, *Tourism Geographies* ou *European Urban and Regional Studies*. É o autor do livro *Fortifications, postcolonialism and power. Ruins and imperial legacies* (Routledge, 2011) e do texto “Geography and empire” na obra *Oxford bibliographies in Geography* (Oxford University Press, 2021). É ainda membro do projeto científico “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal” (FCT/Aga Khan). A sua pesquisa foca-se sobretudo em África, no Médio Oriente e na Ásia Central, articulando património, memória, paisagem, violência e espaço.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4770-2427>

Email: j.sarmento@geografia.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho, 4710-057 Gualtar, Braga, Portugal

Alda Costa é Professora Auxiliar e diretora de Cultura, da Universidade Eduardo Mondlane, desde 2010. Trabalhou como museóloga no Departamento de Museus do Ministério da Cultura, que chefiou entre 1986 e 2001, e com o qual mantém, até ao presente, colaboração. Foi presidente da Comissão Instaladora do Instituto Superior de Artes e Cultura (2007-09). A sua formação académica foi feita em História (1976) e Museologia tendo concluído o Doutoramento em História da Arte (2006) com uma tese sobre arte moderna e contemporânea de Moçambique (c.1932-2004). A sua experiência profissional inclui ainda, entre outros domínios, o ensino e a planificação curricular. Entre as suas publicações contam-se manuais didáticos sobre história e ensino de história, artigos, capítulos e textos sobre museus, museologia e arte em livros, catálogos de exposições e publicações especializadas. Em 2020, a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) premiou-a como “Personalidade na área da Museologia”.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4725-9063>

Email: aldamc@tdm.co.mz

Morada: Direcção de Cultura, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo. Cx.Postal (pessoal) 4020, Moçambique